

**Processo: 41358/2025** - PL 662/2025

Fase Atual: Analisar Redação Final

Ação Realizada: Seguir

Próxima Fase: Enviar Autógrafo para Sanção

De: Secretaria de Comissões Permanentes

Para: Secretaria de Apoio Legislativo

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 003/2025/SCP**

Senhor Secretário,

Encaminhamos o Processo Eletrônico abaixo relacionado com a Redação Final Retificada por essa Secretaria de Comissões.

	PROC Nº	AUTOR (A)	EMENTA
01	41358/2025	K A T I U S C I A MANTELI	<b>PROJETO DE LEI</b> QUE: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, O SELO EMPRESA AMIGA DO ARTESÃO.

Em sede de redação final, constatou-se a necessidade de corrigir evidente erro material no art. 6º do texto, no qual se empregou indevidamente o termo “Resolução” em lugar de “Lei”.

Trata-se de equívoco manifesto, de fácil identificação, que não altera o mérito, o conteúdo ou o alcance da norma, limitando-se à substituição de vocábulo em desconformidade com a integralidade do texto aprovado. As normas legislativas, a doutrina e a jurisprudência admitem amplamente a retificação de erros materiais que não configuram inovação



legislativa.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em diversas ocasiões, reconhece a legitimidade dessa correção quando restrita a ajustes formais. Conforme o entendimento da Corte, o erro material é aquele perceptível de plano, cuja correção não implica alteração do conteúdo do ato normativo. A esse respeito, o STJ já decidiu que a simples retificação de erros, incapaz de gerar nova compreensão do regramento jurídico, deve ser realizada por meio de nova publicação da mesma lei, sem que isso configure um novo ato normativo (a exemplo do STJ — REsp 1607516 SP).

A atuação da redação final, portanto, limita-se a aspectos formais, sem possibilidade de alteração do mérito aprovado. A correção, portanto, não afeta a validade ou a eficácia do ato normativo, constituindo mero aperfeiçoamento formal, compatível com a boa técnica legislativa.

**Marcio Henrique Pereira Cardoso**  
**Secretário de Comissões Permanentes**

Cuiabá-MT, 6 de janeiro de 2026.

Tramitado por: Rafael Martins da Cruz

